



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL

CNPJ 88.142.302/0001-45 Fone 55 3281 2351 – Rua XV de Novembro, 438 - CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul

RECEBIDO
Em: 18/09/2020
Setor de parcerias

Parecer 1144/2020

Destino: Secretaria de Município da Cultura – SECULTUR – Setor de Parcerias.

Origem: Procuradoria Geral do Município

Data: 16 de setembro de 2020.

Assunto: Ação Compensatória APAE – Comunicação Interna nº49/2020

Senhor (a) Secretario (a):

Em resposta a solicitação de Parecer sobre a possibilidade de celebração de Ação Compensatória no valor de R\$4.996,00 (Quatro mil, novecentos e noventa e seis reais), cumpre inferir o que segue:

Conforme e-mail encaminhado, em resposta ao Memorando 252/2020, desta Procuradoria, na qual solicitamos Cronograma Atualizado da Execução das Atividades contidas no Plano de Trabalho da Ação Compensatória (Comunicação Interna 49/2020), esse vem informar que o Plano de Trabalho da Ação Compensatória do valor de R\$4.996,00, não poderá ser executado, eis que o plano prevê ações com alunos das EMEIS, e atividades em grupo, as quais não retornaram suas atividades, em razão da situação de Pandemia pela Covid-19 e sendo assim, se torna inviável no momento.

Em se tratando de Plano de execução de trabalho que somente poderá ser executado com alunos e com atividades em grupo (conforme informação da Instituição através de Ofício de nº26/2020), e diante da impossibilidade apontada, viável que as atividades sejam retomadas gradativamente na sua integralidade, na medida do possível.

No entanto, diante da informação de que o plano de trabalho apresentado na Ação Compensatória em liça, não é viável no momento, apresentamos 03(três) alternativas possíveis juridicamente:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL

CNPJ 88.142.302/0001-45 Fone 55 3281 2351 – Rua XV de Novembro, 438 - CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul

1ª) A conversão da ação compensatória em dinheiro, com a DEVOLUÇÃO do valor de R\$4.996,00 (Quatro mil, novecentos e noventa e seis reais), previsto no Plano de Ação Compensatória, se não for possível sua adaptação nas alternativas abaixo; OU

2ª) POSTERGAR para momento posterior quando, tão logo seja possível, a execução das atividades, contidas no Plano de Trabalho da Ação Compensatória, com novo período de execução a ser informado no plano; OU

3ª) VIRTUALIZAR o trabalho de execução das ações complementares, na medida do possível, conforme já vem acontecendo em algumas escolas as quais são ofertadas atendimentos através de plataformas e diversos meios eletrônicos.

Assim, ante o exposto, em face dos fundamentos de fato e de direito apresentados, opina-se, sob a ótica estritamente jurídica, pela adoção de uma das alternativas acima expostas, adequando-se assim, com a situação atual de Pandemia e em consonância com a legislação pertinente.

S.m.j., é o Parecer.

Caçapava do Sul, 16 de setembro de 2020.

LUCIANE VIEIRA SILVA
ADVOGADO PGM
OAB/RS 37500